

Do chão de fábrica ao canavial: representações do trabalho reprodutivo das mulheres no documentário brasileiro (1978-1986)

Alina dos Santos Nunes

Universidade Federal de Juiz de Fora
Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

Pâmela Dias Mendes Viana Ferreira

Universidade Estadual de Campinas
Campinas, São Paulo, Brasil

Recebido em: 23 dez. 2025

Aprovado em: 27 mai. 2026

Publicado em: 31 ago. 2026

* Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGH/UFJF), em cotutela com a Sorbonne Université (Doctorat en Civilisations, cultures, littératures et sociétés), com bolsa CAPES. Mestra em História Global pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC). Possui graduação em História (Licenciatura e Bacharelado) pela UFSC (2019). Integra o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC), o Laboratório de História Política e Social (LAHPS/UFJF) e o Centre de Recherches Interdisciplinaires sur les Mondes Ibéro-américains Contemporains (CRIMIC/Sorbonne). É uma das coordenadoras do Grupo de Estudos História das Mulheres e Teoria Feminista da UFJF. E-mail: alinanunes2@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-2413-4666>

 <http://lattes.cnpq.br/9228304396232494>

** Mestranda em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Possui graduação em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, é professora de História na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. E-mail: pamelamendesviana@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0002-0171-6388>

 <http://lattes.cnpq.br/3283680110736529>

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar como o trabalho reprodutivo desempenhado pelas mulheres, estruturado por uma divisão sexual do trabalho discriminatória, foi representado nos documentários *Trabalhadoras Metalúrgicas* (1978) e *Mulheres no Canavial* (1986), centrados, respectivamente, em trabalhadoras urbanas e rurais. Para tal, mobilizam-se aportes teórico-metodológicos da análise fílmica, da história social das mulheres e das teorias feministas. Os documentários constituem as fontes centrais da análise, e serão articulados a outros documentos produzidos pelos movimentos de mulheres e pelas organizações de trabalhadores do período. Argumenta-se que essas duas obras, embora distintas entre si, formularam leituras convergentes sobre o trabalho não remunerado das mulheres em suas narrativas, ao articular o trabalho produtivo ao trabalho reprodutivo. Inseridos no contexto do final da ditadura militar brasileira e da intensificação dos debates feministas sobre o trabalho doméstico nas décadas de 1970 e 1980, os documentários permitem refletir sobre os limites das respostas institucionais e sindicais às desigualdades de gênero nos mundos do trabalho.

Palavras-chave: Mulheres trabalhadoras. Trabalho reprodutivo. Trabalho rural. Trabalho urbano. Documentário brasileiro.

From the Shop Floor to the Sugarcane Fields: Representations of Women's Reproductive Labor in Brazilian Documentary (1978-1986)

Alina dos Santos Nunes

Federal University of Juiz de Fora
Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

Pâmela Dias Mendes Viana Ferreira

State University of Campinas
Campinas, São Paulo, Brazil

Received: 23rd Dec. 2025

Approved: 27th May 2026

Published: 31st Aug. 2026

* Ph.D. candidate in History at the Federal University of Juiz de Fora (PPGH/UFJF), in cotutelle with Sorbonne Université (Doctorate in *Civilisations, cultures, littératures et sociétés*), funded by a CAPES scholarship. M.A. in Global History from the Federal University of Santa Catarina (UFSC). Holds a B.A. and Teaching Degree in History from UFSC (2019). Co-coordinator of the Women's History and Feminist Theory Study Group at UFJF. Email: alinanunes2@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-2413-4666>

 <http://lattes.cnpq.br/9228304396232494>

** M.A. student in History at the State University of Campinas (UNICAMP). Holds a B.A. and Teaching Degree in History from the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). Currently teaches History in the São Paulo Municipal Department of Education. E-mail: pamelamendesviana@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0002-0171-6388>

 <http://lattes.cnpq.br/3283680110736529>

Abstract

This article aims to analyze how women's reproductive labor, structured by a discriminatory sexual division of labor, was represented in the documentaries *Trabalhadoras Metalúrgicas* (1978) and *Mulheres no Canavial* (1986), which focus, respectively, on urban and rural working women. To this end, theoretical and methodological approaches from film analysis, women's social history and feminist theories are mobilized. The documentaries constitute the central sources of the analysis and are articulated with other documents produced by women's movement and workers' organizations of the period. It is argued that these two works, although distinct from one another, formulated convergent readings of women's unpaid labor in their narratives by articulating productive labor with reproductive labor. Set in the context of the final years of the Brazilian military dictatorship and the intensification of feminist debates on domestic labor in the 1970s and 1980s, the documentaries allow an examination on the limits of institutional's and union's responses to gender inequalities in the worlds of labor.

Keywords: Working-class women. Reproductive labor. Rural labor. Urban labor. Brazilian documentary.

Introdução

Desde o início do século XX, o trabalho de cuidados não remunerado, bem como a responsabilização pela esfera reprodutiva da vida no âmbito doméstico, têm sido destacados como fatores geradores de desigualdades socioculturais, políticas e materiais às quais as mulheres estão submetidas. Tal fenômeno, ancorado em uma divisão sexual do trabalho hierarquizante e socialmente discriminatória, se mostrou resistente a mudanças, mesmo diante do maior ingresso das mulheres no mundo do trabalho assalariado.

No Brasil, dados do IBGE analisados por Bruschini (1989) indicam que, entre 1970 e 1985, a População Economicamente Ativa (PEA) feminina triplicou em termos absolutos, assim como a taxa de atividade feminina, que passou de 18,2% para cerca de 37%, revelando a intensificação da inserção das mulheres no mercado de trabalho ao longo do período. Apesar deste crescimento, no entanto, os direitos de proteção ao trabalho da mulher previstos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) eram aplicados de maneira irregular pela classe patronal (Souza-Lobo, 2021). Além da desigualdade salarial e discriminação contra mulheres negras, casadas, mães ou gestantes, o descumprimento se dava especialmente no que se refere às demandas reprodutivas – como o acesso a creches e licença-maternidade –, além de permanecerem restritos às trabalhadoras urbanas, excluindo trabalhadoras domésticas e rurais.

Além disso, o arrocho salarial e a perda do poder de compra da população ao longo da Ditadura Militar (1964-1985) afetaram diretamente a organização da vida doméstica, majoritariamente gerida pelas mulheres.¹ Nessa conjuntura, a incorporação da força de trabalho feminina ao emprego assalariado ocorreu de maneira desigual, uma vez que as mulheres permaneceram como as principais responsáveis pelos cuidados com crianças, idosos e doentes, bem como pela gestão do lar – dinâmica que aprofundou as desigualdades da divisão sexual do trabalho e evidenciou a necessidade de políticas públicas voltadas ao campo social promovidas pelo Estado a fim de dirimir tais disparidades (Bruschini, 1989).

1 Para uma análise aprofundada da relação entre carestia, arrocho salarial e a sobrecarga do trabalho feminino reprodutivo durante a ditadura, ver Monteiro, 2015.

No campo, por sua vez, a dupla jornada das trabalhadoras rurais era atravessada pela invisibilidade estatística e jurídica de seu trabalho produtivo. Como observa Saffioti (1979), a inserção feminina no trabalho rural ao longo dos anos 1970 ocorreu, em vários casos, sob formas de proletarização precária, muitas vezes sem registro e com salários inferiores aos dos homens, o que as excluía do acesso à previdência e do reconhecimento do seu trabalho para fins de aposentadoria. Nessas condições, as mulheres do campo avançaram mais lentamente do que as urbanas no acesso aos direitos previstos pela CLT e às políticas voltadas ao trabalho feminino, ao passo que a expansão do assalariamento implicou a redução de práticas de produção doméstica de subsistência, que anteriormente contribuíam para a reprodução material das famílias (Saffioti, 1979).

É nesse contexto que se inserem as duas principais fontes deste artigo: os documentários de curta-metragem *Trabalhadoras Metalúrgicas* (1978), dirigido por Olga Futemma e Renato Tapajós, e *Mulheres no Canavial* (1986), dirigido por Jacira Melo, Marcia Meireles e Silvana Afram. Embora sejam produções bastante distintas no formato, ambas convergem ao tratar de um tema em comum: o trabalho das mulheres. Mais do que isso, nossa escolha recai sobre ambos os títulos pela abordagem que fazem do trabalho reprodutivo das trabalhadoras.

No caso de *Trabalhadoras Metalúrgicas*, trata-se de um dos primeiros filmes conhecidos a colocar sob uma análise crítica o trabalho feminino fabril, o que por si só já o torna um marco. O documentário tem como foco os debates em torno das desiguais condições de trabalho das mulheres operárias em um Brasil ainda majoritariamente rural. Já *Mulheres no Canavial*, embora realizado quase uma década depois, tem continuidades com o filme anterior, ainda que deslocando o olhar para o meio rural, ao abordar questões relativas à divisão sexual do trabalho discriminatória entre homens e mulheres, a desigualdade de acessos a direitos trabalhistas e a responsabilização pelas tarefas reprodutivas. Nos dois filmes, a narrativa privilegia sublinhar a existência do trabalho reprodutivo, permitindo compreender como ele estrutura tanto a vida das mulheres metalúrgicas quanto a das trabalhadoras do corte de cana.

Dessa forma, o objetivo deste artigo será o de analisar os documentários *Trabalhadoras Metalúrgicas* (1978) e *Mulheres no Canavial* (1986), buscando

compreender como o trabalho reprodutivo e a divisão sexual do trabalho são representados em produções documentais realizadas por mulheres no Brasil das décadas de 1970 e 1980. A partir dos dois curtas-metragens, é possível problematizar as condições de trabalho de mulheres brasileiras no campo e na cidade, evidenciando, simultaneamente, realidades distintas e elementos comuns.

Temos também por finalidade explorar uma dimensão da vida das mulheres ainda pouco investigada pela historiografia. Como destacam De Mello e Fraccaro (2021), embora tenham crescido nas últimas décadas análises historiográficas centradas no trabalho feminino, os estudos voltados às atividades desempenhadas pelas mulheres enquanto “donas de casa” – isto é, no cumprimento de funções domésticas não remuneradas – permanecem escassos quando comparados aos de áreas como as ciências econômicas e sociais. Apesar de ser inegável, como afirma Michelle Perrot, que “as sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres” (Perrot, 2007, p. 109), essa dimensão da vida feminina segue pouco explorada pelos estudos históricos.

Deste modo, por meio da mobilização de categorias caras ao feminismo marxista e socialista, como reprodução social e trabalho reprodutivo, pretendemos expandir a análise sobre o trabalho feminino no campo da História, com o objetivo de adicionar contribuições à renovação historiográfica da história social do trabalho feminino no Brasil. Assim, a partir da articulação entre a história das mulheres, a análise fílmica e as teorias feministas, buscamos analisar os documentos audiovisuais como objetos privilegiados para refletir sobre as experiências e especificidades do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres na cidade e no campo.

Feminismo, trabalho e reprodução social

À luz da intensificação dos debates e articulações do movimento feminista ao longo da década 1960, os anos 1970 representam um florescimento de análises que buscavam identificar a gênese da opressão feminina e os efeitos materiais do seu condicionamento às atividades domésticas. A partir de um olhar renovado para obras e teorias sociais que pudessem orientar a análise da materialidade desse fenômeno, livros como *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de Friedrich Engels,

e o Tomo I de *O Capital* de Karl Marx, passam a ser perscrutados por intelectuais que viriam a compor o que ficou conhecido como feminismo materialista a fim de retomar, reavaliar e reformular as ideias ali contidas sobre a reprodução social da força de trabalho (Bhattacharya, 2019).

Das intelectuais italianas Maria Rosa Dalla Costa, Silvia Federici e Leopoldina Fortunati às autoras anglófonas Selma James, Heidi Hartmann, Angela Davis e Lise Vogel, passando por Christine Delphy e pelas brasileiras Heleieth Saffioti e Elisabeth de Souza-Lobo, a produção teórica feminista de cunho marxista produziu um diagnóstico fundamental sobre a divisão sexual do trabalho e o valor do trabalho doméstico para o sistema econômico. Como destaca Bhattacharya (2019), a expansão do referencial marxiano permitiu demonstrar que a divisão sexual do trabalho informa um diferencial de exploração que recai sobre as mulheres por meio da responsabilização quase exclusiva pelas tarefas de cuidado. Retoma-se, assim, nas décadas de 1970 e 1980, a ideia de Mary Inman (1940) de que o trabalho doméstico não remunerado é parte constitutiva e essencial do sistema produtivo, a parte invisível do capitalismo.

Da mesma forma, para Lise Vogel (2022), “é a responsabilidade pelo trabalho doméstico necessário à reprodução social capitalista – e não a divisão sexual do trabalho ou a família em si – que sustenta materialmente a perpetuação da opressão e desigualdade das mulheres na sociedade capitalista” (Vogel, 2022, p. 381). A autora também argumenta que a opressão das mulheres “se baseia no significado social do trabalho doméstico para o capital – o fato de que a produção e reprodução da força de trabalho é uma condição essencial que sustenta a dinâmica do sistema capitalista, possibilitando que o capitalismo se reproduza” (Vogel, 2022, p. 68-69).

De modo a explicar como as tarefas que envolvem os cuidados com os filhos, com os cônjuges, com os idosos, com os doentes e com a casa, embora feminizadas e invisibilizadas, sustentam gratuitamente o sistema econômico (Ruas, 2021), autoras como Bárbara Laslett, Johanna Brenner e Lise Vogel passaram a nomear como “reprodução social” o conjunto de atividades de cuidado, limpeza, organização alimentação e reprodução biológica que permitem que a classe trabalhadora retorne no dia seguinte a seus postos de trabalhos (Bhattacharya, 2019). Na perspectiva da

chamada Teoria da Reprodução Social, esses processos interconectados formam a base do capitalismo, e tem majoritariamente a mulher como protagonista.

Nessa esteira, Christine Delphy (2015), em 1970, criticou as limitações das análises marxistas sobre a apropriação do trabalho gratuito das mulheres dentro do capitalismo ao olhar para o meio rural, onde a exploração do trabalho reprodutivo feminino se mostrava de forma particularmente explícita. Realizado na unidade familiar, mas voltado ao mercado, o trabalho rural feminino demonstrava que a não remuneração não dizia respeito à natureza das tarefas, mas sim às relações patriarcais de produção. Sob a condição de “ajudantes familiares”, mulheres agricultoras desempenhavam atividades indispensáveis à subsistência da família, embora sem dispor de sua força de trabalho – apropriada pelo marido –, o que evidencia a centralidade do patriarcado na organização da produção e da divisão sexual do trabalho.

No Brasil, essas formulações dialogam com reflexões produzidas ainda nos anos 1960 por autoras como Heleieth Saffioti, cujas análises sobre a articulação entre capitalismo, patriarcado e trabalho feminino anteciparam questões que seriam retomadas e aprofundadas pelo feminismo marxista nas décadas seguintes. Esse debate encontrou terreno fértil em um contexto nacional de intensificação das desigualdades sociais e de crescente mobilização de mulheres, especialmente a partir de meados dos anos 1970, durante a ditadura militar. Outra autora interessada nessa dimensão do trabalho reprodutivo feminino em articulação com o trabalho assalariado foi Elisabeth de Souza-Lobo. Ao longo de quase uma década, a socióloga acompanhou o trabalho das metalúrgicas na região do ABC paulista e produziu uma série de artigos voltados a questões econômicas, legais e culturais do trabalho das mulheres operárias. Esse conjunto de reflexões resultou, posteriormente, na publicação póstuma do livro *A classe operária tem dois sexos*, que teve sua primeira edição publicada em 1991.

Nesse período, o movimento feminista brasileiro organizado ampliou sua atuação ao se articular com movimentos populares da sociedade civil, como mobilizações contra a carestia, lutas por terra e ações sindicais. Essas articulações incorporaram pautas relativas à condição das mulheres no trabalho produtivo e às desigualdades salariais, ao mesmo tempo em que politizaram dimensões da vida cotidiana tradicionalmente associadas ao espaço doméstico. A partir de espaços como

os Clubes de Mães, ligados às Comunidades Eclesiais de Base, e do Movimento do Custo de Vida, mulheres donas de casa – excluídas formalmente do sistema produtivo, mas fundamentais para a reprodução econômica – trouxeram a economia doméstica ao espaço público e passaram a reivindicar políticas estatais voltadas ao custo de vida e à socialização das tarefas reprodutivas (Monteiro, 2015).

Como investigado por Joana Maria Pedro (2006), o ano de 1975 foi um marco para o movimento feminista, tanto pela realização da I Conferência Internacional da Mulher, organizada pela ONU na Cidade do México – que instituiu o Ano Internacional da Mulher e inaugurou a Década da Mulher (1976-1985) – quanto, no Brasil, pela realização do evento “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, promovido pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Esses acontecimentos impulsionaram a criação de espaços de organização e reflexão feminista, como o Centro da Mulher Brasileira e o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, além do fortalecimento da imprensa feminista alternativa, com jornais como *Nós Mulheres*, *Brasil Mulher* e *Mulherio* que sustentaram de maneira significativa a ação do Movimento Feminino pela Anistia, também criado em 1975.

É nesse contexto de reorganização do feminismo, de articulação com movimentos sociais de base, de crise econômica e de repressão política que se insere a análise fílmica proposta neste artigo. Os documentários aqui explorados possibilitam desenvolver uma análise sobre a atuação de mulheres no mundo da produção audiovisual e suas abordagens e escolhas narrativas voltadas aos aspectos culturais e econômicos da opressão das mulheres brasileiras, trabalhadoras metalúrgicas e canavieiras.

Trabalhadoras no lar e na fábrica: o I Congresso da Mulher Metalúrgica sob o olhar de Renato Tapajós e Olga Futemma (1978)

Embora o cinema documentário brasileiro tenha mantido, historicamente, um vínculo com a representação da classe trabalhadora – como analisa Jean-Claude Bernardet em *Cineastas e imagens do povo* (2003) –, as mulheres trabalhadoras e as interseções entre classe e gênero não ocupavam, até então, posição central neste gênero cinematográfico. A partir do final da década de 1970, uma série de produções

audiovisuais sob direção feminina trouxeram para o debate cinematográfico a chamada “questão da mulher”. A proposta era a de abordá-la como sujeitos políticos, evidenciando especificidades de sua condição em sociedade, exploração no mundo do trabalho assim como questões relativas ao espaço doméstico (Esperança, 2020).

Já mencionado como um marco fundamental para a reorganização do feminismo, o ano de 1975 também se mostra central para esta produção cinematográfica realizada por mulheres no país. No contexto da implementação do Ano Internacional da Mulher pela ONU, Karla Holanda (2017) destaca que o apoio institucional da entidade a iniciativas que buscaram corrigir desigualdades de gênero em diversas nações impulsionou o desenvolvimento de produções artísticas e intelectuais feitas por mulheres no Brasil. Iniciativa que, por sua vez, se prolongou pelas décadas seguintes e contribuiu para a ocupação de postos de destaque pelas trabalhadoras do audiovisual: “essas efemérides, que encorajaram o protagonismo feminino, têm importante papel na maior presença das mulheres na direção” (Holanda, 2017, p. 46).

Nesse mesmo movimento da “Década da Mulher”, o pensamento feminista também influenciou diretamente a forma como elas se relacionavam com o cinema e os temas abordados por suas lentes. Neste sentido, observa-se nesta mesma conjuntura o crescimento da produção fílmica independente de autoria feminina comprometida em compreender e registrar as diversas realidades das mulheres brasileiras (Esperança, 2020).

Outro fator propulsor da atuação feminina na produção fílmica no período aqui retratado foi a chamada Lei do Curta. Criada em 1975, estabelecia a obrigatoriedade de exibição de um filme nacional de curta-metragem em todos os programas que contassem com um longa-metragem estrangeiro. Tal dispositivo legal trouxe benefícios diretos às mulheres, uma vez que a maioria dos filmes produzidos e dirigidos por elas tratava-se de curtas-metragens (Guerra, 2024).

Nesse contexto, em 1978, alguns meses antes das Grandes Greves do ABC paulista contra a política econômica de carestia e o arrocho salarial do regime militar, Olga Futemma e Renato Tapajós, cineastas paulistas, foram convidados pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema para realizar a cobertura do I Congresso das

Trabalhadoras Metalúrgicas. Sob iniciativa e organização da direção do sindicato, o evento, que se realizou nos dias 21 e 28 de janeiro daquele ano, tinha por objetivo discutir questões relativas às especificidades da condição do trabalho feminino, tais como desigualdade salarial, licença maternidade, creches e a grande questão do momento: a liberação do trabalho noturno para as mulheres. A realização do congresso também visava estimular a sindicalização das trabalhadoras – que representavam cerca de 10% dos sindicalizados da região – e ampliar a participação delas nas atividades sindicais, com foco na organização das campanhas salariais e das greves que eclodiriam em maio daquele mesmo ano.

Em entrevista concedida no ano de 2020 a Karla Holanda, Olga Futemma, que além da direção realizou a montagem e narração do filme, relembra que, apesar do intuito do sindicato ser o de uma simples cobertura do evento, o resultado da produção, no entanto, transformou-o em um curta-metragem focado nas discussões sobre a desigualdade salarial e de condições de trabalho entre homens e mulheres sob uma perspectiva feminista (Holanda, 2020).

Ao longo de 17 minutos e 20 segundos, em formato 16mm, *Trabalhadoras Metalúrgicas* apresenta registros do Congresso, como as reuniões dos grupos de trabalho, os relatos em tom de denúncia das operárias, entrevistas com mulheres, cenas do cotidiano fabril, e de momentos de lazer das metalúrgicas. Por sua vez, a relação das mulheres metalúrgicas com o trabalho e a casa fica estabelecida desde os minutos iniciais do curta.

Por meio de registros que se alternam em alguns momentos sob o texto de Futemma – que parece complementar e conferir caráter pedagógico aos temas abordados nas falas de cada trabalhadora –, há também uma espécie de entrevista norteadora da produção. São seus depoimentos e comentários sobre a condição feminina no mundo fabril e no lar, expressas no interior do seu ambiente doméstico e familiar, que exemplificam e complementam os diversos temas retratados pela obra, desde desigualdade na remuneração e o tratamento violento sexista destinado às operárias pelas chefias masculinas, até a questão da difícil conciliação com uma dupla ou tripla jornada de trabalho. Não obstante, somos introduzidos ao filme com a sua entrevista, filmada em plano médio, na qual a trabalhadora surge em cena afirmando

que, apesar de haver coisas positivas, preferiria ser homem por considerar que tudo seria mais fácil diante dos muitos problemas que enfrentam as mulheres.

Dentre os diversos problemas caros à população feminina na sociedade, o tema da desigualdade salarial é central na produção. Tanto na introdução narrada pela cineasta, com alternância de fotografias em preto e branco, onde mulheres aparecem trabalhando em um espaço fabril têxtil, aparentemente no início do século XX, como na fala da primeira entrevistada durante o Congresso, Futemma relembra a Holanda (2020) que a crença no enfrentamento das desigualdades entre homens e mulheres por meio da resolução da questão salarial era a “ordem do dia”. O texto narrado pela cineasta, então, aborda o histórico da condição desigual com que as mulheres adentraram o universo do trabalho fabril no Brasil desde o início do setor, relegadas a um espaço de subalternidade e discriminação.

Passa-se, então, às cenas do Congresso, onde mulheres conversam e se agrupam em cadeiras dispostas em um grande salão para assistir a um Luís Inácio Lula da Silva jovem, ainda presidente sindical, dar início ao evento. Em seu discurso, o presidente da entidade lamenta a repressão patronal feita às mulheres que se inscreveram ou possuíam interesse em participar do Congresso. Apesar das ameaças de demissão e punições, o evento, que recebeu cobertura da mídia desde antes do seu início sob a caracterização de se tornar um marco histórico, contou com a presença de 350 do total de 800 inscritas de cerca de 39 empresas da região. Como destaca a edição de março de 1978 do jornal do sindicato, o *Tribuna Metalúrgica*, durante os dois dias de Congresso, além da imprensa em geral, houve também a participação de diversos intelectuais e curiosos em geral.

Segundo Lygia Quartim de Moraes, no entanto, a presença das feministas causou tensões: “as feministas organizadas, apesar das ligações que mantinham com operárias e da própria importância de nossa imprensa para a divulgação das lutas sindicais, sofreram todo tipo de restrição para poderem se aproximar do local e da preparação” (Moraes, 2017, p. 86). Relato que é corroborado pelo *Tribuna*:

Quando o sindicato pensou na realização de um encontro específico de operárias metalúrgicas [...] já era sua preocupação não confundi-lo com movimento feminista [...]. Nós pretendíamos que o Congresso não tivesse coloração dessa espécie: que fosse apenas uma iniciativa para integrar a mulher ao movimento trabalhista, reforçando a luta dos companheiros homens. Efetivamente, em que pese o malentendido de

alguns estudiosos do problema, o objetivo previsto foi plenamente alcançado: as delegadas do certame, através de sua maneira simples e ingênua de ver as coisas, tão somente revelaram o desejo de integrar-se à luta dos homens. (*Tribuna Metalúrgica*, 1978, p. 8)

A ideia de tão somente agregar a força das trabalhadoras à agenda do sindicato e alocar em um posto secundário suas demandas específicas era uma questão frequentemente pontuada e criticada pelo movimento feminista. Joana Maria Pedro (2006) e Lygia Quartim de Moraes (2017), ao revisitarem as ações e articulações do movimento feminista brasileiro nas décadas de 1970 e 1980 com os movimentos de trabalhadores, abordam que, uma organização de mulheres com foco nas desigualdades da condição feminina era vista, muitas vezes, como uma iniciativa “pequeno-burguesa”, capaz de direcionar a atenção das mulheres de “questões maiores” para uma ação de cunho divisonista da classe (Pedro, 2006).

Na produção audiovisual aqui analisada, essa hierarquização das pautas se expressa também por meio do silêncio. Embora jornais como o *Brasil Mulher* tenham registrado o interesse de algumas congressistas na criação de um Departamento Feminino dentro do sindicato, tal iniciativa não aparece nem nas resoluções finais do Congresso, nem no registro audiovisual de Futemma e Tapajós. Essa ausência sugere não apenas um recorte narrativo, mas um alinhamento com o temor explícito da entidade sindical de atribuir “cores feministas” à sua atuação. Por sua vez, a ideia de que as mulheres, ainda que em um espaço político, possuem uma “maneira simples e ingênua de ver as coisas”, nas palavras do jornal, traz à tona, além do caráter tutelar do sindicato sobre as trabalhadoras e suas decisões, o reforço de que a conduta feminina venha a ser apolítica, ou seja, alheia às esferas de decisão dos espaços públicos, pouco racional ou estratégica.

Representativo desse apagamento simbólico é o contraste entre a importância histórica atribuída ao Congresso pelo discurso de Lula, que ressaltou a coragem das companheiras ali presentes, com a composição da própria mesa do evento, unicamente masculina. Como observado pela imprensa feminista: “na mesa, nenhuma mulher” (*Brasil Mulher*, 1978, p. 5). O enquadramento deste momento é reiterado pela câmera dos cineastas e, por sua vez, evidencia os limites da participação das metalúrgicas nos espaços de decisão do sindicato.

Figura 1 – Fotograma de Trabalhadoras Metalúrgicas



Fonte: *Trabalhadoras Metalúrgicas* (1978), 01'59".

Após o registro da abertura do evento, o documentário passa a apresentar as pautas e opiniões das congressistas nos grupos de trabalho e entrevistas. Retoma-se, então, como linha condutora, a desigualdade salarial.

Uma das primeiras entrevistadas pelo documentário aparece em enquadramento fechado, com foco apenas em seu rosto, em um espaço aparentemente externo, possivelmente na entrada do evento. Trata-se de uma mulher negra e jovem, que afirma que sua participação no Congresso se deve ao desejo de compreender por que, apesar de realizar o mesmo trabalho que os homens, recebe um salário inferior: “Eu queria saber qual é o problema que a gente trabalha a mesma coisa, faz o mesmo serviço, trabalha na mesma seção e ganha menos que o homem [...] a gente, que nem eu mesma, tô com 5,88 e os homens tão com 8 e pouco, por quê?”. A pergunta, deixada em suspenso por essa entrevistada, é retomada na sequência pela cena da trabalhadora entrevistada em seu ambiente doméstico:

Porque era homem, né. Porque era homem, então eles acham que a classe mulher pode exercer o mesmo serviço, mas não pode ganhar igual. Eles acham isso aí. A gente ali, não só eu, como as outras todas, exercia só serviço de homem, na lima, na ponteadeira, e todas ganhavam menos que os homens (*Trabalhadoras Metalúrgicas*, 1978).

Nos grupos de trabalho do evento, por sua vez, além da questão salarial, relatos sobre a falta de espaços adequados para a alimentação, de equipamentos de proteção para a execução de suas funções em segurança, da insalubridade do ambiente fabril, do controle das idas ao banheiro ou mesmo da ausência desses espaços se alternam em tela nas distintas vozes femininas. O assédio moral também atravessa de maneira reincidente as falas das trabalhadoras, algumas das quais chegam a afirmar que as companheiras são tratadas mais como “escravas”, refletindo sobre a “fragilidade feminina” e sua “impossibilidade de reação” diante das ameaças das chefias masculinas, em comparação às atitudes de enfrentamento dos companheiros de serviço.

Sobressai, nesse ponto do documentário, além da construção de um quadro que evidencia que, apesar do aumento da presença feminina nas fábricas, houve um rebaixamento salarial geral e a adoção, por parte do patronato, de políticas de oferta de condições de trabalho diferenciadas para as mulheres em relação aos homens (Saffioti, 2013), a manifestação de uma violência de gênero de cunho cultural e a exacerbação da ideia de controle sobre os corpos e as funções biológicas das trabalhadoras. Uma violência de gênero, expressa não apenas por meio do controle das idas ao banheiro – ou mesmo da não oferta desses espaços –, dos locais inadequados destinados à alimentação – muitas vezes realizados nos próprios banheiros –, da ausência de serviços de creche ou das demissões após a descoberta de uma gestação, mas também por meio do assédio sexual e moral diferenciado, materializado nos gritos, xingamentos e tratamento hostil às mulheres. Práticas que reiteram a concepção masculina do trabalho feminino como “complementar” à renda familiar – e, por isso, pouco valorizado e sub-remunerado –, assim como a própria ideia da figura feminina como um corpo estranho ao ambiente produtivo.

No que tange ao trabalho reprodutivo, é por volta do minuto sete do curta que o tema ganha centralidade quando as questões relativas às horas extras e ao trabalho noturno são abordadas na fala da trabalhadora jovem já aqui mencionada. Depois de apontar o interesse em participar do Congresso para obter respostas que justificassem a desigualdade salarial entre ela e seus companheiros, ao comentar sobre a imposição das horas extras pelos patrões, a entrevistada analisa as dificuldades de conciliá-las com os cuidados domésticos ao declarar: “então eles querem que a gente faça hora extra. Se a gente não faz hora extra, faz advertência, muda de horário, e tudo isso

complica a gente, né? Porque no sábado a gente tem que ficar em casa só pra cuidar da casa, cuidar do serviço, cuidar do nenê”.

É neste momento que o documentário se centra na abordagem da sobreposição entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, revelando, por meio das falas das trabalhadoras, como a exigência às mulheres por maior disponibilidade de tempo incidia diretamente sobre a organização da vida cotidiana familiar e no aprofundamento de suas duplas jornadas.

O peso da responsabilidade feminina pela reprodução social emerge de forma explícita em tela, não apenas pelo conteúdo da fala da primeira entrevistada, mas pelo depoimento e enquadramento das cenas cotidianas domésticas da trabalhadora que recebe a equipe de filmagem em sua casa, desabafando:

Muitas eu conheço que têm os filhos, têm que cuidar, trabalhar, cuidar da casa, pagar quem olha os filhos, ganhando um salário mínimo, dividir o dinheiro, pagar o aluguel com o salário que ganha; a fábrica sabe que precisa, a lei é de ter creche, mas elas não cuida com isso... muito cansativo. Eu, pelo menos, aqui na minha casa, tenho a minha filha com uns 8 anos, que ainda nunca trabalhou, então ela toma conta da casa pra mim; só estuda e cuida da outra menina pequena, mas mesmo assim é cansativo, é muito difícil, é um serviço duplo. Trabalhar à noite eu acho que seria impossível, não dá. Porque a mulher trabalha à noite, chega em casa 6 horas / 6:30 da manhã, como que ela vai fazer pra cuidar da casa? O que a gente ganha não dá pra pagar empregada pra cuidar da casa. Chega... trabalha à noite, chega em casa, tem que lavar, passar, limpar casa, limpar móveis, fazer almoço, fazer janta, costurar... como que vai fazer? A mulher não vai dormir mais! (*Trabalhadoras Metalúrgicas*, 1978).

Figura 2 – Fotograma de Trabalhadoras Metalúrgicas



Fonte: Trabalhadoras Metalúrgicas (1978, dir. Olga Fudemma e Renato Tapajós), 08'08".

Podemos analisar tais relatos de diversos ângulos. O primeiro é o da responsabilidade única das mulheres pela reprodução social da vida desde tenra idade, já que até mesmo a filha, ainda em infância, de umas das entrevistadas torna-se corresponsável pelas tarefas de cuidados com a casa e família numa organização doméstica para a manutenção do trabalho assalariado e, conseqüentemente, do sistema produtivo.

Ressalta-se, ainda, a observação da entrevistada de que, na ausência de uma integrante da família (filha, mãe, avó, tia etc.), são as próprias mulheres que permanecem responsáveis por tais cuidados por meio da contratação de uma empregada. Além disso, a possibilidade da terceirização dessa tarefa a outras mulheres mostra-se dificultada, uma vez que as metalúrgicas recebem salários inferiores aos dos homens. O dilema entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo manifesta-se, assim, como uma situação recorrente da atuação feminina no mercado de trabalho (Bruschini, 1989) e, conseqüentemente, da estruturação do seu diferencial de exploração – em casa realiza trabalhos gratuitos por ser mulher, na fábrica recebe menos por ser a responsável por esse trabalho gratuito e não poder exercer suas funções laborais de maneira integral.

Em segundo lugar, a tripla jornada, “cuidar da casa, cuidar do serviço, cuidar do nenê”, ilustra que uma jornada “imprevisível”, por meio da aplicação de horas extras, encontra limites nas tarefas de reprodução da própria classe. Em trâmite via o Projeto de Lei 2.345 de 1976, que propunha a legalização do trabalho noturno para as mulheres, o PL era visto pelo sindicato mais como uma degradação das condições de trabalho feminina do que como uma igualdade de oferta de trabalho para homens e mulheres (*Tribuna Metalúrgica*, 1978).

Por outro lado, também havia justificativas que colocavam o trabalho noturno como um empecilho à realização das tarefas domésticas, além de uma problemática moral de cunho sexista e em questões relativas à “defesa do emprego masculino” (Souza-Lobo, 2021, p. 77):

[...] não vê nenhuma razão que justifique a intensificação da exploração da mulher pelo aumento de sua jornada de trabalho e colocando-a no exercício de atividades inadaptadas à sua constituição física, num momento em que os homens lutam por melhorar suas condições de emprego e seus salários. É como se enviassem as mulheres às fábricas e os maridos ficassem em casa. Uma estúpida inversão de papéis (*Tribuna Metalúrgica*, abril de 1977 *apud* Souza-Lobo, 2021, p. 77).

É nesse sentido que Saffioti (2013) argumenta que não há como dissociar a estrutura econômica da ideológica, já que ambas se articulam para a manutenção do sistema de produção. O discurso do jornal sindical evidencia a permeabilidade de ideias pseudobiológicas a respeito da condição física feminina e sexistas a respeito de seu papel social. Importante destacar, a questão econômica envolvida, já que a ideia dos trabalhadores era não apenas a da ameaça de “uma inversão de papéis”, mas da redução da oferta, a eles, de uma modalidade de trabalho melhor remunerada pelo adicional noturno (Souza-Lobo, 2021).

Ao retomarmos a fala da entrevistada sobre a árdua tarefa reprodutiva, também podemos observar o impacto deletério da ausência de políticas de socialização do trabalho doméstico – tais como creches, lavanderias públicas e comedorias populares – em suas jornadas conciliatórias entre o trabalho e o lar. Não obstante, consta no documento oficial de resoluções do Congresso a necessidade de

[...] condições sociais que permitam a realização da mulher no trabalho, sem prejuízo de sua vida familiar. [...] equipamento social básico, como creches, escolas-parque, em condições de serem efetivamente utilizados, bem como iniciativas que levem a reduzir o tempo

despendido com atividades domésticas (*Sindicato dos Trabalhadores...*, 1978).

O tema da dupla jornada de trabalho se faz presente também no trecho introdutório do documento, que destaca que, “no atual estágio de organização da sociedade brasileira, a condição feminina lhes impõe, além da árdua jornada diária na fábrica, o desempenho de um sem-número de tarefas domésticas” (*Sindicato dos Trabalhadores...*, 1978).

Ao considerarmos a menção ao trabalho doméstico como um empecilho à plena realização do trabalho assalariado feminino, é notável que o reconhecimento das demandas sobre o trabalho reprodutivo está ali representado. Ainda que a ideia central do sindicato não fosse a construção de um departamento da Condição Feminina ou de pautar questões tão mais amplas que a luta pela igualdade salarial e o incentivo à maior sindicalização das metalúrgicas, tais conclusões presentes neste documento tensionam não só os marcos tradicionais e sexistas da política sindical como a da própria concepção de trabalho. Comumente visto como uma execução de tarefas estritamente remuneradas, ao reconhecer as tarefas domésticas como atividades de necessária socialização e oneração do tempo produtivo das trabalhadoras, as resoluções do Congresso lançam luz à codependência entre o trabalho produtivo e reprodutivo.

Por sua vez, a noção de “não prejuízo de sua vida familiar”, em referência a oposição das trabalhadoras ali reunidas e do sindicato a legalização do trabalho noturno para as mulheres, evidencia, contudo, que não estava em pauta uma reflexão, por parte dos homens, acerca da divisão sexual do trabalho e de seu caráter discriminatório. Tal questão era compreendida como uma agenda a ser solucionada pelos patrões, por meio da oferta de creches, ou pelo Estado, via políticas públicas como escolas-parque – aparelhos de educação e cuidados mencionados no documento.

Na produção audiovisual aqui analisada, a leitura coletiva das conclusões do Congresso aparece nos minutos finais, sobreposta às cenas das delegadas discursando na tribuna. Infelizmente, não temos acesso ao conteúdo de suas falas, mas apenas a breves fragmentos visuais, apresentados em cenas alternadas. Observamos que o espaço da ação política das delegadas e de suas denúncias na mesa geral é, assim, escamoteado no filme, talvez em razão da construção narrativa orientada pelas

expectativas do sindicato sobre a produção, ou pelas escolhas individuais dos diretores.

Ao final do documentário, a fala das trabalhadoras entrevistadas dão o tom político que a entidade propunha imprimir no curta. Enquanto uma das congressistas afirma que se faz necessária a maior participação das trabalhadoras nas atividades do sindicato, a entrevistada que abre o espaço de sua casa para produção aborda a importância educativa do evento para ela e para as companheiras. Em suas palavras, o Congresso “foi uma escola”.

Há também o discurso conclusivo de um dos representantes sindicais à mesa sobre a importância do evento e em clara alusão às reformas previstas para a CLT sobre o trabalho feminino: “nesta linha de raciocínio poderíamos ir mais além e dizer que, acima deste documento [...] e destas proposições históricas, as mulheres trabalhadoras da São Bernardo do Campo e Diadema respondem ao governo federal que são capazes de seguir os melhores caminhos”. Mais uma vez há o reforço por parte da instituição de que esse fosse um evento de grande visibilidade, inclusive, a nível nacional e uma ideia de guiamento às decisões das trabalhadoras.

A sequência final do documentário, no entanto, entre a fala do representante sindical, o depoimento da trabalhadora em sua casa, enquanto prepara um alimento, e a cena final de uma operária na linha de montagem, deixa, todavia, subentendidos os limites da atuação feminina e os dilemas que as mulheres ainda precisariam enfrentar no mundo do trabalho e dentro da própria instituição sindical.

O trabalho reprodutivo no mundo rural em *Mulheres no Canavial* (1986)

Os anos 1980 foram um momento de importantes transformações políticas no Brasil, marcadas pelo declínio da ditadura militar, pelo crescimento das lutas dos movimentos sociais e pela conjuntura de abertura política que alterou a relação entre o movimento feminista, os partidos políticos e o Estado. Sobretudo a partir de 1982, nas primeiras eleições para governadores após o Ato Institucional n. 3 de 1966, a vitória de governos de oposição abriu novas possibilidades de articulações entre

militantes feministas e o Estado, visando a promoção de políticas públicas que pensassem especialmente a então chamada “condição feminina”.

A mobilização das mulheres ganhou ainda mais força durante a campanha das Diretas Já (1983-1984). Fossem elas organizadas em coletivos feministas, movimentos sociais, associações de bairro ou em sindicatos, as mulheres estiveram presentes nessas manifestações, que exigiam não só a redemocratização de um país flagelado por quase duas décadas de ditadura, mas também uma redefinição do próprio conceito de democracia, que deveria reexaminar as relações sociais entre homens e mulheres (Costa, 2023).

Para Elisabeth de Souza-Lobo (2021), embora inicialmente à margem da institucionalização, nos anos 1980, os movimentos de mulheres passaram a construir novas formas de representação política, especialmente a partir de 1983, quando foram criados o Conselho da Condição Feminina (CECF) em São Paulo, e posteriormente, em 1985, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher² (Souza-Lobo, 2021). Nesse mesmo contexto, multiplicaram-se comissões de mulheres em sindicatos e partidos, indicando um aumento da representação política feminina no processo de politização institucional das mulheres no país (Souza-Lobo, 2021), movimento que inaugurou o chamado “feminismo de Estado”, consolidado principalmente por meio desses conselhos³.

Em São Paulo, a proposta de criação do CECF foi elaborada em 1982, durante a campanha do PMDB ao governo paulista, e se concretizou em 1983 como “um órgão consultivo, não dispondo, entre outras coisas, de orçamento próprio, sendo diretamente ligado ao Gabinete do Governador” (Melo, 1993, p. 150-151). A criação do CECF coincidiu com a expansão no país do uso do vídeo como ferramenta política e cultural, favorecida tanto pelo barateamento da tecnologia – com o videocassete doméstico e câmeras mais acessíveis – quanto pelas alianças com movimentos sociais, constituindo o movimento do “vídeo popular”, que articulava inovação tecnológica, crítica social e intervenção política (Costa, 2023; Fachine, 2003).

2 Em agosto de 1985, foi criado pela Lei 7.353 o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que surgiu da demanda dos movimentos feministas por condições institucionais para efetivar políticas públicas. Ver mais em Costa, 2023.

3 Importante destacar que esse processo que, embora indispensável para o avanço de políticas públicas concernentes às mulheres, não foi aceito de forma homogênea dentro dos movimentos feministas, e trouxe desafios quanto à institucionalização e às relações entre feminismo e Estado (Melo, 1993).

Em 1986, o CECF produziu três vídeos: *Creches*, *Mulheres Negras* e *Mulheres no Canavial*. Todos foram realizados pelo grupo Lilith Vídeo – formado por Silvana Afram, Márcia Meirelles e Jacira Melo – em parceria com a produtora independente Olhar Eletrônico, e os recursos para a produção desses vídeos foram liberados durante a campanha eleitoral para o governo do Estado (Melo, 1993). Portanto, *Mulheres no Canavial* foi produzido em um contexto de ascensão de um feminismo de Estado, financiado por um governo em busca da reeleição. Ainda que o coletivo Lilith Vídeo tivesse relativa liberdade criativa, a inserção institucional do projeto implicava um enquadramento político específico, no qual a denúncia das condições de trabalho no campo também era uma estratégia de legitimação da atuação governamental na área das políticas para as mulheres – como veremos na análise do vídeo a seguir.

Lançado no ano de 1986, o documentário de 33 minutos tem como temática o cotidiano das mulheres trabalhadoras boias-frias de canaviais no interior de São Paulo, com filmagens realizadas nas cidades de Rincão, Rio Claro e Matão⁴. A narrativa do documentário é composta por entrevistas com mulheres trabalhadoras e imagens de seus cotidianos. Ouvimos poucas intervenções das entrevistadoras e não há voz *over* narradora, e, por isso, os sentidos do vídeo são elaborados através da voz das próprias sujeitas retratadas (Mesquita, 2007).

Quando falam, as trabalhadoras do documentário figuram em primeiro plano. As entrevistas são entrecortadas por imagens do cotidiano de trabalho, filmadas em planos amplos, que vêm acompanhadas da trilha sonora. No início do documentário, por exemplo, as trabalhadoras estão vestindo roupas compridas de trabalho, e aparecem afiando os facões, preparando-se para o dia. No meio do documentário, as mulheres almoçam juntas, fumam e conversam. No final, retiram as roupas sujas, pegam os pertences e viajam juntas no ônibus de volta para a cidade. Há uma preocupação do documentário em demonstrar que aquele é o cotidiano repetitivo das mulheres, marcando a passagem cronológica dessa rotina através dessas cenas sem falas.

4 Neste período, outros documentários dirigidos por mulheres buscavam refletir sobre a questão da trabalhadora rural, como por exemplo, *Mulheres da Terra* (1985), de Marlene França. Ver mais em Esperança, 2025.

Figura 3 – Fotograma de Mulheres no Canavial



Fonte: Mulheres no Canavial (1986), 01'33"

As primeiras entrevistadas no vídeo são duas mulheres negras. A primeira narra os horários da jornada de trabalho: “Saímos de casa às seis horas, retornamos às cinco e meia, seis horas, por aí, e continuamos a luta assim”. Em seguida, a segunda mulher conta: “Levanto às quatro horas, faço almoço, lavo roupa, deixo tudo prontinho para as crianças. E venho pro ponto “tomar pneu” às seis horas, e chego aqui à base de umas seis e meia, sete horas, e estou nessa luta aqui, nessa cana ruim que dá até desgosto”, rotina semelhante aos relatos narrados pelas demais trabalhadoras.

Dessa forma, ser “boia-fria”⁵ não era novidade para essas mulheres. Uma delas afirma já estar acostumada a comer comida fria, pois em casa, cuidando dos filhos, não é possível comer a comida quente. Uma outra entrevistada diz:

A gente cuida do almoço, mas vai cuidando do almoço e pensando no que a gente vai pegar para fazer primeiro, porque tem um serviço daqui para fazer, outro dali, então a gente fica preocupada com aquilo. E homem não, homem só levantou da cama, pode levantar às cinco e quinze, em quinze minutos se troca, pega sua mochila arrumada e vem pro ponto. De tarde chega em casa, é só tomar banho e jantar, pode

5 A expressão “bóia-fria” é usada no Brasil para se referir a trabalhadores e trabalhadoras rurais temporários, chamados assim porque costumam levar suas refeições para o trabalho em marmitas que esfriam até o momento em que são consumidas, e a eles não são dadas condições que possibilitem reaquecer a comida.

sentar lá, assistir uma novela, qualquer coisa, e nós, que somos mulheres? É serviço e mais serviço sempre (Mulheres no Canavial, 1986).

É notório que as declarações dessas mulheres demonstram como o trabalho reprodutivo sustenta diretamente o produtivo: o tempo anterior ao deslocamento para o canavial – acordar às quatro horas, preparar comida, lavar roupa, organizar a casa e os filhos – não constitui um “antes” do trabalho, mas parte integrante deste, garantindo a reprodução cotidiana do mundo doméstico e dos que ali vivem. Enquanto os homens só “levantam da cama” e vão trabalhar, as mulheres acumulam tarefas que se estendem antes e depois da ida ao canavial, e reconhecem que são mais sobrecarregadas em comparação aos companheiros, assim como que o trabalho que realizam em casa é trabalho: “é serviço e mais serviço sempre”.

Por meio de seus depoimentos, o fenômeno identificado por Saffioti (1979) relativo à ambiguidade vivenciada pelas mulheres entre seus papéis domésticos e profissionais, num permanente sentimento de culpa e insegurança, torna-se evidente. A mulher, segundo Saffioti (1979), sente-se culpada quando não contribui com renda familiar, mas também incompleta caso se afaste das tarefas domésticas e, finalmente, insuficiente quando tenta conciliar ambas as esferas.

É essa oscilação constante que impede a constituição de uma identificação estável com a economia doméstica ou com a economia pública, nos termos de Saffioti (1979), tornando as mulheres especialmente vulneráveis à manipulação segundo as exigências das conjunturas econômico-políticas, mantendo as bases de sua exploração sob o capitalismo. Logo, o trabalho doméstico funciona como um fardo estrutural, que impede a ruptura com o lugar social da dona de casa mesmo quando a mulher se insere no trabalho assalariado.

No vídeo, questões relativas à saúde feminina e a falta de condições de bem-estar laboral surgem por meio das falas das trabalhadoras sobre dores de cabeça e no corpo, bem como a impossibilidade de idas a consultas médicas por perda do dia de trabalho. As mulheres canavieiras também apontam para as dificuldades do trabalho rural durante a gestação, ressaltando ser praticamente impossível manter o ritmo normal de trabalho – muitas mencionam não aguentar trabalhar na roça quando estão grávidas, acabam faltando muito e, conseqüentemente, perdendo dinheiro. As trabalhadoras compartilham da ideia de que se trabalhassem em uma fábrica seria

melhor, pois seria possível trabalhar até os oito meses de gestação. Em sentido similar, as mulheres falam sobre a menstruação, afirmando que, além da indisposição e das dores, também precisam lidar com o fato de não terem condições de higiene na roça, precisando enterrar os absorventes na terra, já que não há banheiros, e muitas vezes precisam trabalhar o dia inteiro sem poder trocar o absorvente.

A partir dessas falas, a ausência da cobertura dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais fica evidente. Na medida em que a gestação e a menstruação, dimensões que atravessam as vidas de muitas mulheres, não eram reconhecidas como situações que legitimassem a interrupção da jornada, proteção à saúde ou garantia de renda, os relatos da precariedade das condições de trabalho no canavial evidenciam a insalubridade relegada às trabalhadoras.

A ausência de uma ampla oferta de creches ou de aparelhos de educação e lazer para as crianças também impactam a experiência das trabalhadoras do campo. No vídeo, uma delas fala sobre ter de cuidar de seus dois filhos sozinha, mencionando que acaba tendo que pagar alguém para cuidar das crianças. Além disso, a responsabilização pelas atividades domésticas e o condicionamento à divisão sexual do trabalho que reforça a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo às mulheres é mais uma vez evidenciada:

A menina tem dez anos, na parte da manhã ela não estuda, na parte da manhã ela fica com o pequeno, ele tem três anos. E na parte da tarde ela vai estudar. Se eu posso pagar uma pessoa para ficar em casa, o pequeno fica, se eu não posso, ela mesma tira, leva fora também para deixar [com alguém para cuidar]. Quando eram os dois pequenos, eu levava os dois pequenos para fora (Mulheres no Canavial, 1986).

Logo após essa entrevista, o documentário traz cenas da creche de Rincão, com vários *takes* de crianças brincando. A legenda no documentário informa que essa é uma das poucas creches no estado de São Paulo que atende os filhos de trabalhadoras rurais. Uma jovem trabalhadora afirma trabalhar despreocupada quando os filhos vão para creche. Outra trabalhadora, com o filho no colo, fala sobre como os filhos ficam na creche até o momento em que ela consegue sair do trabalho, independente do horário, ressaltando a importância do estabelecimento.

Figura 4 – Trabalhadora busca o filho na creche. Fotograma de Mulheres no Canavial



Fonte: Mulheres no Canavial (1986), 25'42"

Por um lado, Mariarosa Dalla Costa (1973) ressalta que o capitalismo destruiu as comunidades que existiam antes, minando a coletivização do trabalho reprodutivo – nesse sentido, a tarefa política das mulheres deve ser a transformação das bases da convivência social, o que inclui a coletivização do trabalho de cuidado. Por outro lado, Silvia Federici (2019) argumenta que “as creches e os berçários nunca nos proporcionaram tempo disponível para nós mesmas, mas, sim, para trabalho adicional” (Federici, 2019, p. 70), o que nos é mostrado no vídeo, deixando evidente que as mulheres colocam as crianças na creche para poderem trabalhar tranquilas.

Ainda assim, o documentário explicita a desigualdade de acesso às creches entre as trabalhadoras urbanas e rurais ao apontar que aquela é a única creche que atende os filhos das últimas. Ao mesmo tempo, o vídeo tenta definir que o trabalho realizado em casa pelas mulheres também é trabalho, demonstrando a sobrecarga das trabalhadoras, o que se conecta com a afirmação de Silvia Federici (2019, p. 49) de que a “luta por serviços sociais, isto é, por melhores condições de trabalho, será sempre frustrada se nós não estabelecermos primeiramente que o nosso trabalho é trabalho”.

A sequência do vídeo dedicado à creche de Rincão pode também ser lida à luz do contexto político-institucional de produção do documentário. Ao destacar a

existência de uma creche que atende os filhos das trabalhadoras rurais, o vídeo aponta para a importância de políticas públicas como esta para a viabilização do trabalho feminino no campo. Deste modo, o reforço e elogio à iniciativa vinculada ao governo estadual para a criação das creches, tendo em consideração que *Mulheres no Canavial* foi financiado com recursos da campanha de reeleição do governo Montoro, pode ser entendida tanto como uma denúncia da desigualdade no acesso a esse serviço quanto como legitimação da atuação governamental no campo das políticas para mulheres. Por fim, a creche aparece no vídeo como uma solução institucional possível – ainda que ela não solucione todos os problemas relativos à sobrecarga do trabalho relegado às mulheres.

No que tange a atuação política das trabalhadoras, em uma outra cena, ouvimos a entrevistadora perguntar a uma delas se já havia participado de uma greve. A mulher responde que sim, e finaliza sua fala dizendo: “E se precisar a gente volta a fazer greve novamente. Se um dia precisar, a gente faz. Isso não é um problema”. A entrevistadora faz uma segunda pergunta: “Você já ouviu falar na reforma agrária? Você sabe o que é isso?”. E a mesma trabalhadora responde:

A reforma agrária é uma ótima coisa. Porque a gente trabalhar para usineiro, ou trabalhar para patrões, eu não acho bom, sabe? Porque se você trabalhar bastante, você recebe pouco. Se você trabalha pouco, você recebe menos ainda. E a gente trabalhando por conta da gente, em um pedaço de terra da gente, entende, o que a gente produzir, é só seu. Eu acho uma ótima coisa (*Mulheres no canavial*, 1986).

Após essa fala, o documentário constrói um trecho no Assentamento de Terra União Francisco Neves, em Matão. Segundo as entrevistadas, o grupo está na terra há um ano e um mês, no que uma mulher assentada declara: “Sempre, desde eu pequena, eu sonhava com aquelas promessas da reforma agrária. Via aqueles mais velhos falar da reforma agrária, de vir a reforma agrária. E agora surgiu a reforma agrária, saiu a reforma agrária para nós, que era o sonho que a gente mais esperava, né?”. E outras corroboram: “É gostoso a gente ter a terra da gente” e “todo mundo deveria ter seu pedaço de terra para plantar”.

Para Gilberto Sobrinho (2016), *Mulheres no Canavial* é um vídeo voltado para um fim político específico, e que, por isso, tem uma estrutura que apresenta o problema e a solução. Essa cena em que a trabalhadora rural fala sobre a reforma agrária

justaposta às cenas filmadas no assentamento demonstram esse engajamento com clareza. Por isso, de acordo com Sobrinho, “percebemos que o documentário se edifica pela forte defesa da reforma agrária, como uma das soluções para os problemas arrolados” (Sobrinho, 2016, p. 97-98).

A justaposição entre a fala da trabalhadora e as imagens do assentamento cumpre, portanto, essa função argumentativa mencionada pelo autor. No entanto, ao apresentar a reforma agrária como horizonte de superação dos problemas enfrentados pelas trabalhadoras rurais, o documentário enfatiza sobretudo sua dimensão econômica e produtiva, sem explicitar se, no contexto do assentamento, há transformações na dinâmica do trabalho reprodutivo. A produção não informa, por exemplo, se as tarefas de cuidado, limpeza, alimentação e manutenção diária, historicamente atribuídas às mulheres, passam a ser redistribuídas ou socializadas. Permanece em aberto se a reforma agrária, embora fundamental para enfrentar a exploração da classe trabalhadora rural ao combater a concentração de terra nas mãos dos latifundiários, incidiria também sobre a opressão específica das mulheres, marcada por uma sobrecarga do trabalho reprodutivo.

Nesta altura do documentário, a narrativa encaminha-se então para o fim com a imagem das mulheres entrando no caminhão, voltando para casa. Já perto de casa, uma delas diz: “Está na hora de ir para casa, a gente vai descansar, cuidar da casa, cuidar da janta, descansar, para amanhã voltar de novo, né?”. Outra declara: “Vou para casa tomar banho, lavar roupa, fazer janta, e me deitar para amanhã novamente começar um novo dia de trabalho”. O anseio por chegar em casa e poder descansar é atravessado pelo trabalho que as aguarda em seus lares. Mesmo no fim do dia de jornada no campo, o trabalho, para as mulheres, não termina.

Considerações finais

Ao analisar *Trabalhadoras Metalúrgicas* e *Mulheres no Canavial*, nosso artigo refletiu sobre como documentários realizados por mulheres nas décadas de 1970 e 1980, contexto da ditadura militar e da intensificação dos debates feministas sobre o trabalho doméstico, capturaram discussões em torno do trabalho reprodutivo e seus efeitos sobre a experiência de mulheres trabalhadoras.

Apesar de produzidos em contextos e formatos distintos, as obras formulam leituras convergentes sobre a opressão e a exploração feminina nos mundos do trabalho, tanto no campo quanto na cidade. Em ambas, o trabalho reprodutivo aparece relegado às meninas da família, reiterando que a divisão sexual do trabalho se estabelece ainda na infância. A dupla – ou tripla – jornada, a ausência de políticas públicas para o cuidado e as condições precárias de trabalho evidenciam os limites das ideias desenvolvimentistas do período, que associavam a “libertação da mulher” ao simples ingresso no trabalho assalariado (Saffioti, 1979).

Outro ponto comum às produções é a ausência de identificação individual das trabalhadoras, que não são nomeadas por nomes, funções nem profissões. Tal escolha pode refletir tanto uma estratégia de proteção da identidade dessas mulheres, quanto uma invisibilização ou, até mesmo, uma possível exotização da produção documentária de sujeitos tidos como subalternos. Ainda assim, observamos uma diferença importante: enquanto as trabalhadoras rurais são representadas com maior “singularidade” no tocante às suas experiências, as trabalhadoras metalúrgicas tendem a aparecer como um bloco homogêneo de mulheres. Essa diferença decorre não só de escolhas narrativas, mas também das condições de produção, já que *Trabalhadoras Metalúrgicas* foi encomendado pelo sindicato, que possivelmente privilegiava a construção de uma identidade coletiva da classe trabalhadora.

Por fim, ambos os documentários demonstram como a experiência das mulheres trabalhadoras é estruturada pela articulação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, evidenciando a centralidade do trabalho doméstico não remunerado para a reprodução da força de trabalho e os limites das respostas institucionais e políticas às desigualdades de gênero nos mundos do trabalho. Ao expor como a exploração capitalista se sustenta em relações patriarcais que atravessam tanto a fábrica quanto o canavial, as obras tensionam a ideia de que o trabalho assalariado, por si só, conduziria à emancipação feminina, constituindo-se como fontes fundamentais para uma história social das mulheres que amplie a própria noção de trabalho.

Referências

Fontes:

TRABALHADORAS Metalúrgicas. Produção: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de São Bernardo do Campo e Diadema. Direção: Olga Futemma e Renato Tapajós. São Paulo, 1978. 17 min.

MULHERES no Canavial. Produção: Conselho Estadual da Condição Feminina (SP). Direção: Jacira Melo, Márcia Meirelles e Silvana Afram. São Paulo, 1986. 33 min.

Tribuna Metalúrgica. São Bernardo do Campo, fevereiro de 1978, ano VII, n. 45.

Brasil Mulher. São Paulo, março de 1978, Ano II, n. 11.

Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/UNICAMP). Fundo Centro Pastoral Vergueiro, Coleção Movimentos Sociais Recentes. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema. Resoluções do I Congresso da Mulher Metalúrgica. Janeiro de 1978.

Bibliografia:

BERNARDET, Jean-Claude. *Cineastas e imagens do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social. *Revista Outubro*, v. 32, n. 1, p. 99-113, 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. Introdução. In: BHATTACHARYA, T. (Org.). *Teoria da Reprodução Social: remapear a classe, recentralizar a opressão*. São Paulo: Elefante, p.17-42, 2023.

BRUSCHINI, Cristina. *Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais*. São Paulo: FCC/DPE, 1989.

CARDOSO, Ruth. As mulheres e a democracia. *Revista de Ciências Sociais*, v. 1, n. 2, p. 287-304, 1987.

COSTA, Larissa. “Uma outra história”: mulheres, cinema e vídeo no Brasil em redemocratização. In: VALE, G.; TORRES, J.; MESQUITA, C. (Orgs.). *Catálogo do forumdoc.bh.2023*. Belo Horizonte: Associação Filmes de Quintal, p. 179-195, 2023.

DALLA COSTA, Mariarosa. Women and the Subversion of the Community. In: DALLA COSTA, M.; JAMES, S. *The Power of Women and the Subversion of the Community*. Bristol: Falling Wall Press, p. 21-56, 1973

DALLA COSTA, Mariarosa; JAMES, Selma. *The Power of Women and the Subversion of the Community*. Bristol: Falling Wall Press, 1973.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 17, pp. 99-119, 2025.

DE MELLO, Soraia; FRACCARO, Gláucia. Trabalho doméstico não remunerado e historiografia brasileira: inquietações sobre ausências e invisibilidades. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 14, n. 1, p. 40-58, 2021.

ESPERANÇA, Hanna. A trabalhadora rural em *Mulheres da Terra* (1985), de Marlene França. *O Mosaico*, v. 21, n. 2, p. 1-28, 2025.

ESPERANÇA, Hanna. *Diretoras brasileiras e a representação da mulher em documentários dos anos 1980*, 2020. Dissertação (Mestrado em Imagem e Som). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

FECHINE, Yvana. O vídeo como projeto utópico de televisão. In: MACHADO, A. (org). *Made in Brasil: três décadas do vídeo brasileiro*. São Paulo: Itaú Cultural, 2003.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

GUERRA, Nayla. *Entre apagamentos e resistências: curtas-metragens feitos por diretoras brasileiras (1966-1985)*. São Paulo: Alameda, 2024.

HAMBURGER, Esther; ESPERANÇA, Hanna. Video, Feminism and Television: A Trajectory of the Brazilian Feminist Collective Lilith Video, 1983-1988. *Historical Journal of Film, Radio and Television*, v. 44, n. 4, p. 756-779, 2024.

HOLANDA, Karla. Cinema brasileiro (moderno) de autoria feminina. In: HOLANDA, K.; TEDESCO, M. (Orgs.). *Feminino e plural: mulheres no cinema brasileiro*. Campinas: Papirus, p. 43-58, 2017.

HOLANDA, Karla. Pegadas do cinema de Olga Futemma (Entrevista). *Lumina*, v. 14, n. 2, p. 171-185, 2020.

INMAN, Mary. *In woman's defense*. Los Angeles: Committee to Organize the Advancement of Women, 1940.

MELO, Jacira Vieira de. *Trabalho de formiga em terra de tamanduá: a experiência feminista com vídeo*, 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MESQUITA, Cláudia. Alargando as margens. In: MACHADO, A. (Org.). *Made in Brasil: três décadas do vídeo brasileiro*. São Paulo: Iluminuras, p. 181-200, 2007.

MONTEIRO, Thiago. *“Como pode um povo vivo viver nesta carestia”: o movimento do custo de vida em São Paulo (1973–1982)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Breve história do feminismo brasileiro na década da mulher. In: MORAES, M. L. *Marxismo, psicanálise e o feminismo brasileiro*. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, v. 2, p. 325-330, 2017.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 52, p. 249–272, 2006.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

RUAS, Rhaysa. Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. *Revista Direito e Práxis*, v. 12, p. 379-415, 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. O fardo das brasileiras – de mal a pior. *Revista Escrita/Ensaio*, Mulher brasileira: a caminho da libertação, Ano III, n. 5, São Paulo, p. 10-39, 1979.

SOBRINHO, Gilberto. Questões de Gêneros: vídeos, documentários e mulheres no Brasil. In: SUPPIA, A. (Org.). *Gêneros cinematográficos e audiovisuais: perspectivas contemporâneas*. Bragança Paulista: Margem da Palavra, 2016.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Editora Expressão Popular, 2021.

VOGEL, Lise. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. São Paulo: Expressão Popular, 2022.